

# LER **h**istória

## 65

### 2013

# O CORPO DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO PORTUGUÊS: APOGEU E QUEDA



## A LIVRARIA DE D. TEODÓSIO (1510?-1563), DUQUE DE BRAGANÇA. A SUA DIMENSÃO NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

Ana Isabel Buescu

| FCSH-UNL/CHAM-UAç

59

O 5.º duque de Bragança, D. Teodósio, filho de D. Jaime (†1532), figura de grande importância política durante o reinado de D. João III, e de D. Leonor de Mendoza (†1512), oriunda de uma grande Casa da aristocracia castelhana, foi um homem que se destacou pelos seus interesses culturais e acção mecenática. O presente artigo incide sobre a livraria do duque – cujo primitivo núcleo se deve a D. Jaime, tendo sido muitíssimo aumentada pelo filho – e procura demonstrar como a sua dimensão a coloca, numa perspectiva comparada, ao nível das grandes livrarias aristocráticas na Europa da primeira metade do século XVI.

### A livraria no contexto geral do inventário dos bens de D. Teodósio I

O ensaio que aqui se apresenta está inserido no estudo, que prosseguimos há alguns anos, dos conteúdos da livraria do duque D. Teodósio, no âmbito do Projecto *De Todas as Partes do Mundo, O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I* coordenado por Jessica Hallett, no âmbito do CHAM-UAç<sup>1</sup>. Como o título indica, trata-se de um projecto de estudo sistemático de todo o património do duque, em que se inclui o inventário da sua biblioteca. Procuraremos neste texto incidir sobretudo numa perspectiva parcelar mas crucial para poder ser avaliada a genuína dimensão da livraria ducal, no contexto da primeira metade do século XVI, em particular por comparação com outras livrarias aristocráticas da época.

Sendo que a nossa investigação tem por objecto o estudo da livraria de D. Teodósio I<sup>2</sup>, de que temos apresentado resultados parcelares à medida da evolução da própria pesquisa, em vários *workshops* e congressos, não podemos ignorar que ela se integra no conjunto mais vasto dos bens da casa de

---

■ Por solicitação expressa da autora, este texto não segue o Acordo Ortográfico de '90.

<sup>1</sup> Projecto FCT, PTDC/EAT-HAH/098461/2008.

<sup>2</sup> O trabalho de identificação sistemática das obras de algumas das secções – os livros em língua grega e hebraica, de música, arquitectura, cartografia e medicina – estão a cargo de outros investigadores do projecto. Todas as entradas e identificações fazem parte de uma base de dados em construção relativa à livraria, no âmbito de uma base mais ampla para todo o património constante do inventário de D. Teodósio.

Bragança. Assim, é necessário avaliar a livraria numa perspectiva comparada também no interior do próprio inventário, para entender a posição relativa dos livros perante todos os outros *items* e categorias de objectos. Os números são muito claros e mostram que, no contexto geral de um inventário que integra c. de 6000 *items*, os livros são o objecto mais abundante, com um total de 1656 entradas, contando-se aqui com um conjunto de 82 livros que, de acordo com o inventário geral dos bens, se encontravam fora da livraria<sup>3</sup>; aos livros seguem-se de perto os têxteis que ocupam uma posição de destaque, ao alcançarem um número pouco inferior ao dos livros. Em termos percentuais, estes últimos alcançam mais de 25% do total dos objectos inventariados (v. 1).

Se o nosso critério for, pelo contrário, o de verificar quais as categorias de objectos a que é atribuído maior valor monetário, a situação inverte-se: aos 1574+82 livros é atribuído o valor de 410 245 reis, ou seja, 0,8% do total; se, por outro lado, somarmos o valor das jóias (13 617 925 reis – 28,2%), prata (9 890 665 reis – 20,5%) e têxteis (7 844 899 reis – 16,2%), concluiremos que apenas estas três categorias sumptuárias representam juntas 64,9% do total da avaliação dos itens inventariados (v. 2)<sup>4</sup>.

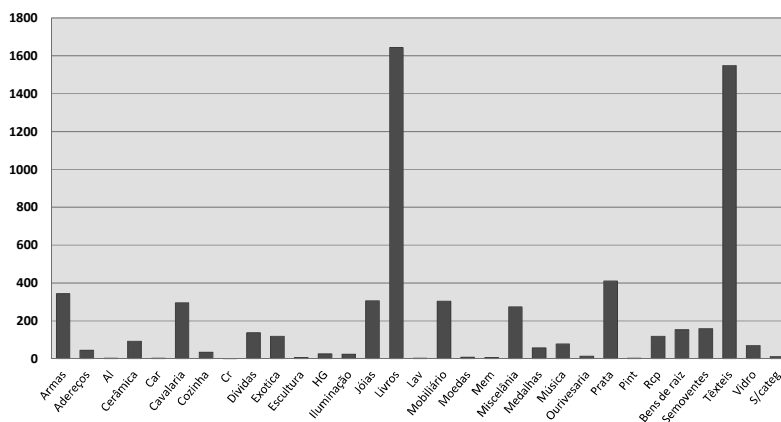
Em suma, a quantidade dos livros no inventário é inversamente proporcional ao seu valor, ou seja, sendo que os livros são o objecto presente em maior quantidade, o valor monetário que lhes é atribuído é um dos menores de todas as categorias constantes do inventário. Poderemos retirar daqui, entre outras conclusões, que o valor cultural, mas também patrimonial, que D. Teodósio genuinamente conferia à sua livraria, contrastava com os critérios de elaboração de um inventário *post-mortem* que atendia ao valor material dos objectos e não ao valor intrínseco e *imaterial* de que o livro – não sendo um livro-jóia – era portador. O valor atribuído à dimensão material e física do livro enquanto objecto, sobretudo se avaliado no quadro de um inventário com estas características e finalidade, revela quanto a concepção do livro-tesouro era ainda dominante nas colecções aristocráticas. A maior parte dos livros que integravam a livraria ducal, e a própria representação da livraria enquanto espaço de saber e de estudo remetiam para uma concepção articulada com a exibição de um poder, mas funcional e instrumental, de diferente natureza das jóias, têxteis, prataria, cerâmica, artes ou *exotica*.

3 Nos «livros fora da livraria» contam-se 73 (e não 74) entradas, sendo que 2 são relativas a resmas e a «mãos» de papel, outra a 8 cantos de latão para livros, e finalmente outra referente a dois armários da capela. A maioria das entradas corresponde a um livro, mas há entradas em que se agrupam vários. O total de livros é de 82, que aqui se somam aos 1574 incluídos no inventário da livraria.

4 Slides cedidos por Nuno Senos (FCSH-UNL/CHAM-UAç), a quem agradecemos.

### A livraria no contexto geral do inventário

N.º de itens por categoria



### A livraria no contexto geral do inventário

Distribuição geral %

Categoria	\$	% total
Azulejos	47.290	0,1
Música	215.590	0,4
Mobiliário	316.340	0,7
<b>Livros</b>	<b>410.245</b>	<b>0,8</b>
Vestuário e acess.	3.277.967	6,8
Têxteis	7.844.889	16,2
Prata	9.890.665	20,5
Outros	12.705.559	26,3
Jóias	13.617.925	28,2
<b>Total</b>	<b>48.326.470</b>	<b>100,0</b>

Aproximando-se destas estavam, sim, vários livros manuscritos litúrgicos e de devoção, ricamente iluminados, alguns de proveniência francesa, bem como um número substancial de livros de música que se encontravam, nomeadamente, na capela do paço, e aos quais, sendo obras de aparato, era atribuído um valor mais substancial enquanto objecto. Entre estes aponte-se a entrada n.º 2535, relativa a «*2 dominicaes de canto chão*», presentes na capela, a que é atribuído o elevadíssimo valor de 20 000 reis. Outra excepção são os livros com importância patrimonial e simbólica para casa de Bragança, também presentes fora da livraria. Entre eles, estava a obra

que sintetizava a memória e o culto da linhagem, a *Crónica do Conde Nuno Alveres* (n.º 1675) em pergaminho, avaliado em 1200 reis<sup>5</sup>, bem como o *Livros de Menagens* (n.º 1676) e o *Livro das Doações* (n.º 1677), a que são atribuídas, respectivamente, as elevadas quantias de 4800 e 3500 reis.

Se somarmos as quantias resultantes da avaliação individual destas 82 entradas de livros fora da livraria, o total ascende a 135 870 reis, cabendo às 1574 entradas na livraria o restante, ou seja, 274 375 reis. O total da avaliação dos livros nas suas 1656 entradas é, como vimos, de 410 245 reis. Assim sendo, aos 82 livros fora da livraria cabem 33,12%, enquanto às 1574 entradas na livraria cabem 66,88% do total relativo aos livros<sup>6</sup>. Como sintetizava Sousa Viterbo referindo-se aos livros de D. Manuel, numa apreciação que podemos transpor para algumas décadas mais tarde e aplicar aos livros na casa de Bragança, «*Attendia-se principalmente ao valor venal do livro, algum tanto à sua parte artística, às suas illuminuras, mas sobretudo à sua parte externa às suas encadernações, algumas das quaes eram de metaes preciosos, ricamente ornamentados*»<sup>7</sup>.

No quadro mais geral das dinâmicas culturais no século XVI, era na corte régia e nos círculos da aristocracia que a inovação cultural e as ligações, nomeadamente ao mundo do humanismo italiano e à Flandres nas suas diferentes manifestações culturais e artísticas, ocorriam de forma mais nítida<sup>8</sup>. Embora muitos e vários sinais dessa abertura cultural mais sistemática aos espaços de além-Pirenéus viessem sobretudo do tempo de D. João II (†1495) e da rainha D. Leonor (†1525), foi o reinado de D. João III (†1557) a ser definitivamente marcado pelo triunfo da cultura italianizante, quer nas letras, com Francisco de Sá de Miranda a introduzir no meio literário o *dolce stil nuovo*, após longa estadia em Itália com Bernardim Ribeiro nos anos vinte do século XVI, quer nas artes, com destaque para a arquitectura – ou não fosse esta, para quem governa, um dos símbolos maiores de poder. Sabe-se que o próprio rei ordenou a tradução para português de Vitruvius, e em 1541 e 1542 era por duas vezes editada por ordem régia em Lisboa a obra de Diego de Sagredo, *Medidas del Romano*, originalmente publicado em 1526, primeiro tratado europeu sobre arquitectura vitruviana em língua vulgar, de grande influência na arquitectura do Renascimento.

5 N.º 1675. Dois exemplares na BDM. V. *Biblioteca de D. Manuel II. Impressos dos séculos XV e XVI*, Introdução, organização e Índices de João Ruas, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2002, n.ºs 136-137.

6 Que por sua vez, não esqueçamos, representam apenas c. 0,8% do total do inventário dos bens.

7 Viterbo, Francisco de Sousa (1902), «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», *Historia e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, IX, Parte I, p. 7.

8 V. *Portugal e Flandres. Visões da Europa (1550-1680)*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural e Mosteiro dos Jerónimos, 1992; *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, edited by K. J. P. Lowe, Oxford, Oxford University Press, 2000.

O «italiano» D. Miguel da Silva, embaixador da coroa portuguesa na cúria pontifícia desde 1515, regressado a Portugal por ordem régia em 1525 e aspirando a partir de novo para a «Cidade Eterna», teve um papel notável na difusão das formas culturais italianas e classicizantes<sup>9</sup>, bem como o humanista e pintor Francisco de Holanda (†1585), protegido da rainha D. Catarina; humanistas, artistas e eruditos de maior ou menor gabarito eram chamados à corte pelo rei. Até as damas da corte, algumas delas eruditas, liam e traduziam do latim para português: por exemplo, D. Leonor, filha do marquês de Vila Real, empreendeu a tradução, dedicando-a à rainha D. Catarina, das *Crónicas* de Marco Antonio Sabellico, obra publicada em 1550, também presente entre os livros de D. Teodósio.

Foi, de forma pioneira, Luís de Matos quem, em conferência proferida no ano de 1955, chamou a atenção para esse outro centro simultaneamente polarizador e dinamizador de cultura que foi a corte de Bragança, a segunda casa mais poderosa após a real. De alguma forma, a divisa da Casa, «*Depois de vós, nós*», anunciava a importância da Casa, e, premonitivamente, o papel político que a Casa de Bragança havia de protagonizar a partir do século XVII, como casa real portuguesa. Nesse importante estudo, sugestivamente intitulado *A Corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*, Luís de Matos procurava realçar o papel da Casa de Bragança, e em particular da corte de Vila Viçosa, no panorama cultural do reino português no século de Quinhentos. Percorrendo nomes e figuras, acções de mecenato, protecção de artistas e recrutamento de eruditos, Luís de Matos traçava um eloquente retrato da acção e da irradiação cultural promovida pelos duques de Bragança durante o Renascimento<sup>10</sup>.

No século XVI a função social dominante da nobreza era, ainda, a guerra, com todo o prestígio simbólico que lhe era associado, mas com as *armas* concorriam agora as *letras*, num *topos* cuja fortuna, como há muito foi constatado por Curtius<sup>11</sup>, foi essencialmente latina e ibérica. A distinção da cultura através do livro fazia o seu caminho nos círculos aristocráticos, para lá do livro iluminado, rico e singular, bem conhecido, estimado e produzido à sombra do mecenato da nobreza desde a Idade Média<sup>12</sup>. Caso paradigmático e cimeiro em termos europeus é o de Jean, duque de Berry (†1416), cuja biblioteca integrava alguns dos mais extra-

<sup>9</sup> Deswarte, Sylvie (1989), *Il 'Perfetto Cortegiano'. D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzoni.

<sup>10</sup> Matos, Luís de (1956), *A Corte literária dos duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.

<sup>11</sup> Curtius, Ernst Robert (1986), *La littérature européenne et le Moyen Age latin*, 2 vols., Paris, PUF (1..ª ed. 1947).

<sup>12</sup> Robin, Françoise (2008), «Le luxe des collections aux XIVe et XVe siècles», in *Histoire des bibliothèques françaises, I – Les bibliothèques médiévales. Du Ve siècle à 1530*, dir. André Vernet, Paris, Promodis, pp. 93-213.

ordinários manuscritos da iluminura europeia, como são alguns dos seus *Livros de Horas*<sup>13</sup>. Longínquo se ia tornando o monopólio clerical sobre a cultura escrita, que saltara dos muros dos mosteiros e encontrara também na corte o seu lugar, um lugar cada vez mais marcado, e, também ele, associado ao poder e à magnificência do príncipe. Como a actual historiografia tem sublinhado, as bibliotecas, além da sua função específica como instrumento e veículo de leitura, eram objecto de representação, de distinção e até de emulação<sup>14</sup>.

Sendo que não nos cabe aqui pormenorizar outros aspectos igualmente importantes sob o ponto de vista cultural evocados por Luís de Matos, centremo-nos na livraria do duque de Bragança, ao tempo do seu 5.º representante, D. Teodósio, filho do duque D. Jaime († 1532) e de D. Leonor de Mendoza (Medina Sidonia) († 1512). A composição da livraria do duque, apesar de desaparecida, não era desconhecida, e foi objecto de estudos panorâmicos de Aires Augusto Nascimento<sup>15</sup>, que deram conta da sua magnitude e importância. Mas é no âmbito do actual Projecto dirigido por Jessica Hallett, e no quadro do estudo sistemático de todo o património da Casa de Bragança no século XVI, que a livraria está a ser estudada e os seus conteúdos tanto quanto possível identificados.

### A dimensão da livraria de D. Teodósio I: uma perspectiva comparada

Este processo de identificação de uma livraria de que, como sublinhou Luís de Matos, nada resta, a não ser, de forma esparsa, alguns dos seus livros em bibliotecas nacionais<sup>16</sup>, é feita a partir do traslado seiscentista do inventário do património brigantino feito após a morte de D. Teodósio em 1653, que inclui c. de 6 000 itens, dos quais c. 1600 são livros. «*Sem dúvida a maior biblioteca portuguesa no século XVI, depois da biblioteca 'romana' de Aquiles*

<sup>13</sup> Longnon, Jean e Cazelles, Raymond (1981), «Introduction» a *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*. Avant-propos de Charles Samaran, Introduction et légendes de Jean Longnon e Raymond Cazelles, 4.ª ed., Chantilly, Musée Condé e Paris, Draeger-Vilo, pp. 5-23.

<sup>14</sup> Peña Díaz, Manuel (2001), «El espejo de los libros: Lecturas e lectores en la España del Siglo de oro», in *La cultura del libro en la Edad Moderna. Andalucía y América*, coord. Manuel Peña Díaz, Pedro Ruiz Pérez, J. Solana Pujalte, Córdoba, Universidad de Córdoba, pp. 148-149.

<sup>15</sup> Nascimento, Aires A. (1994), «A livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança», *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vols. I-II, Évora, Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, pp. 209-220; Nascimento, Aires A. (2006), «Erudição e livros em Portugal, ao tempo de Arias Montano: a biblioteca do Duque de Bragança», in José Maria Maestre Maestre, Eustaquio Sánchez Salor, Manuel Antonio Díaz Gito, Luis Charlo Brea, Pedro Juan Galán Sánchez (eds.), *Benito Arias Montano y los humanistas de su tiempo*, Mérida, pp. 723-749.

<sup>16</sup> Embora aliciente mas certamente só muito parcialmente possível, a tentativa de identificar os livros que desta grande biblioteca sobreviveram e foram eventualmente incorporados noutros fundos é um outro grande e complexo trabalho a fazer, de que não nos ocupamos neste estudo.

*Estaço*»<sup>17</sup>. Esta apreciação remete para a primeira dimensão que devemos considerar, passo imprescindível para a avaliação da livraria do duque de Bragança. Na verdade, o estudo de uma livraria, quer na Idade Média quer na Época Moderna, para além dos números absolutos das obras que a integram e dos respectivos conteúdos, tem obrigatoriamente de atender, numa primeira análise, à sua dimensão, numa perspectiva comparada, no caso vertente com outras livrarias nobiliárquicas e régias suas contemporâneas. Tal perspectiva não tem, nem poderia ter, a pretensão de ser exaustiva, mas visa, através de exemplos concretos, ajudar a inserir, sob este ponto de vista, a livraria de D. Teodósio no seu tempo, possibilitando conclusões sobre a sua real dimensão em contexto histórico. Vejamos, pois, este aspecto de forma breve.

No que respeita aos reis de Portugal, na transição para o século XV, sabemos que D. João I (†1433), o fundador da dinastia de Avis, possuía cerca de vinte livros. A livraria do seu filho e sucessor D. Duarte (†1438)<sup>18</sup> ultrapassava em pouco os oitenta títulos, o que faz dela, em termos comparativos e mesmo tendo em conta possíveis ausências, bem uma biblioteca do seu tempo. Recorde-se que a livraria do rei Richard II de Inglaterra (†1399) integrava menos de vinte livros e que a de seu tio Thomas Woodstock (†1397), duque de Gloucester, «*by far the largest collection of which evidence remains from the reign of Richard II*» não ia além dos cento e vinte volumes<sup>19</sup>. A livraria do infante D. Fernando (†1443), irmão de D. Duarte, continha quarenta e quatro códices<sup>20</sup>, o inventário dos livros do condestável D. Pedro (†1466), filho do infante D. Pedro, e que governou Aragão entre 1464 e 1466, inclui noventa e seis títulos<sup>21</sup>.

17 Belmiro Fernandes Pereira, «Duas bibliotecas humanísticas: alguns livros doados à Cartuxa de Évora por Diogo Mendes de Vasconcelos e por D. Teotónio de Bragança», *Humanitas*, vol. XLVII, 1995, p. 846. Aquiles Estaço (†1581), prestigiado humanista e latinista português, viveu mais de 20 anos em Roma e a sua livraria constituiu o núcleo inicial da célebre biblioteca *Vallicelliana* de Roma. Arnaldo Pinto Cardoso, *Presença Portuguesa em Roma*, Lisboa, Quetzal, 2001, p. 74 e p. 80. Agradecemos a Paulo Lopes (IEM-CHAM/UNL-UAç) o acesso a esta obra.

18 Inventário publicado sucessivamente por Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa*, I – 1289-1555, Lisboa: Typ. Academia Real das Sciencias, 1892, pp. 209-228; Joseph Piel, ed. crítica do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, 1942, pp. 414-416, com base na cópia seiscentista da BNP (cod. 3390); João J. Alves Dias, D. Duarte, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. diplomática com transcrição de João J. Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques e João J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 206-208.

19 Scattergood, J. (1983), «Literary Culture at the Court of Richard II», in *English Court Culture in the Later Middle Ages*, Londres, Gerald Duckworth & Co., pp. 32-33.

20 Rol publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, 1968, vol VI, gav. XVI, 2-13, pp. 186-202. V. Dantas, Júlio (1921), «A livraria do Infante Santo», *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2, n.º 6, Abril-Junho 1921, pp. 101-109; Ricard, Robert (1970), «Les lectures spirituelles de l'infant Ferdinand de Portugal (1437)», in *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 53-61.

21 Teófilo Braga, *História da Universidade de Coimbra...*, pp. 232-234; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, «Apêndices» da ed. de D. Pedro, *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, pp. 121-144.



Por seu turno, D. Manuel (†1521) tinha c. de 100 livros na sua guarda-roupa, embora fosse certo que possuía uma livraria de maior escala<sup>22</sup>. Teremos de nos demorar um pouco nesta questão, já que não é seguro concluir acerca da dimensão da biblioteca régia a partir do rol dos livros constante da sua guarda-roupa. Sendo embora a única lista de livros do monarca que chegou até nós, o próprio Sousa Viterbo adverte para o facto de porventura o inventário da guarda-roupa do rei não reflectir de forma fiel o seu conteúdo, uma vez que em 1517, por ocasião da morte da sua segunda mulher, a rainha D. Maria, o rei havia feito partilhas entre os seus numerosos filhos, onde entraram muitos bens móveis, entre os quais, também livros<sup>23</sup>. Quando morreu, no final de 1521, D. Manuel era tido como *«homem que muito folgou com livros e em sua guarda-roupa per sua morte ficaram livros tantos que todos seus filhos ficaram cheios deles»*<sup>24</sup>. Por outro lado, o códice que inclui o inventário está mutilado em mais de duzentas folhas, embora não fosse provável que existisse referência a mais livros<sup>25</sup>. Mas esta relativamente modesta dimensão da livraria manuelina suscita ainda outra hipótese de explicação a Sousa Viterbo, que nos parece, no entanto, pouco verosímil: dada a presença neste inventário de um pequeníssimo número de livros que já se encontravam nas livrarias dos reis portugueses antes de D. Manuel, dar-se-ia o caso, porventura, que só fossem recenseados os livros entretanto adquiridos e não os constantes das colecções anteriores?<sup>26</sup>

Num outro plano, torna-se também necessário assinalar que a consideração dos conteúdos da livraria régia não reflecte nem permite aferir de forma global da produção de livros, quer manuscritos quer impressos, na época de D. Manuel, apesar da pouco expressiva actividade editorial em Portugal na época, e de uma forma geral ao longo de todo o século XVI. Lembremos, por se tratar de um exemplo significativo a propósito, que no faustoso presente enviado ao *Negus* da Abissínia em 1514 pelo monarca português, se incluíam, entre muitas outras obras, *«mil cartinhas»* para aprender a ler, *«doze cathaçismos»* – provavelmente o *Catecismo Pequeno* do bispo de Ceuta D. Diogo Ortiz impresso em Lis-

22 «Inventario da Guarda-Roupa de D. Manuel», publ. por Anselmo Braamcamp Freire, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, 1904, pp. 381-417. Embora seja certo que a sua livraria era mais ampla, este é o único inventário em que encontramos referência aos livros de D. Manuel. A parte relativa aos livros foi publicada cerca de 2 anos antes por Francisco de Sousa Viterbo, «A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel», *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, IX, Parte I, 1902, pp. 1-73.

23 Francisco de Sousa Viterbo, *op. cit.*, p. 10.

24 Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, Leitura, Introdução, Notas e Índice por José Pereira da Costa, Lisboa, Academia das Ciências 1992, p. 174.

25 Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, p. 415.

26 Viterbo (1902), «A livraria real...», p. 7.

boa em 1504<sup>27</sup> – «*vimte flos samtorum*», «*trimta liuros da vida dos martires* [...]»<sup>28</sup>. No caso das *Ordenações*, o número de exemplares da edição de 1512-13, composta por cinco volumes, foi de mil exemplares<sup>29</sup>. É portanto forçoso concluir que a produção de livros atingia então, embora em casos precisos e restritos, uma dimensão considerável, sendo seguro que ela se articulava, de forma dominante, quer com a difusão dos poderes régios à escala do reino, como é o caso das *Ordenações*, quer com a alfabetização e a evangelização no quadro do processo expansionista, o que explica, no exemplo citado, o predomínio absoluto de livros religiosos e de aprendizagem da língua portuguesa<sup>30</sup>.

Outros exemplos, para Portugal, quer no caso de bibliotecas monásticas quer individuais, de altos dignitários eclesiásticos, ou de letrados confirmam, com algumas relativas exceções<sup>31</sup>, a exiguidade das coleções: o bispo do Porto, D. Vasco Martins, possuía em 1331 cerca de 25 livros, a igreja de Santiago de Óbidos, em 1473, 15 livros, a biblioteca de Alcobaça, a maior do país, continha 500 códices, a de Santa Cruz de Coimbra algumas centenas<sup>32</sup>, a livraria do convento da Arrábida no século XVI 201 obras<sup>33</sup>. Em Coimbra, antes da transferência definitiva da Universidade em 1537, existia uma biblioteca ligada aos estudos universitários – a *Livraria do Estudo* – bastante modesta, não chegando à centena de títulos, a maioria manuscritos. Um inventário realizado por ocasião de um diferendo ocorrido em 1513 faz a descrição sumária de 70 livros, a que acresciam 58 volumes legados em 1508 por Diogo

27 Silva, Elsa Maria Branco da (2001), *O Cathecismo Pequeno de D. Diogo Ortiz Bispo de Viseu*, estudo literário e edição crítica, Lisboa, Colibri. Está também presente neste inventário.

28 J. A. da Graça Barreto, «Presentes de D. Manuel ao Preste João e seu Embaixador», *Boletim de Bibliographia Portugueza e Revista dos Archivos Nacionaes*, 2, n.ºs 1 e 2, 1879, pp. 17-23 e pp. 49-59.

29 Dias, João José Alves (2002), «Introdução» às *Ordenações Manuelinas*. Livros I a V. Reprodução em fac-símile da edição de Valentim Fernandes (Lisboa, 1512-1513), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da UNL, pp. XXIII-XXIV.

30 Buescu, Ana Isabel (2011), «Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas», in *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*, 2.ª edição, Lisboa, Colibri, pp. 72-73.

31 Caso da livraria do teólogo Frei Diogo de Murça, destacada figura das reformas universitárias no tempo de D. João III. O rol ascendia a 284 obras e foi publicado, com base em cópia do séc. XVIII (BGUC, cod. 610) por Joaquim de Carvalho, «A livraria de um letrado do século XVI. Frei Diogo de Murça», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 8, 1926-7, pp. 1-26, e republicado em 1948 nos *Estudos sobre a cultura portuguesa do século XVI*, II, pp. 111-199, mas nem todos os livros lhe haviam pertencido. Com base num inventário do século XVI do Colégio de S. Jerónimo de Coimbra no IAN/TT (III. doc. 11, fols. 409v-411), Moreira de Sá reconstituiu o inventário, destacando 31 livros que haviam pertencido a D. Duarte (†1543), filho ilegítimo de D. João III, que estudara no convento da Costa, em Guimarães. Provavelmente, ainda outros livros não teriam pertencido a Fr. Diogo. Sá, A. Moreira de (1977), «Livros de uso de Frei Diogo de Murça», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 33, pp. 69-109.

32 Carvalho, Joaquim Teixeira de (1921), *A livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: estudo dos seus catálogos, livros de música e coro, incunáveis*, Coimbra, Imprensa de Universidade.

33 Nascimento (2006), «Eruição e livros...», p. 747, nota 73.

Lopes, lente de cânones. Na década de 1530, esse conjunto de livros não ultrapassava os 120<sup>34</sup>.

Com o aparecimento da tipografia, as livrerias privadas foram tendencialmente crescendo, mas ao longo do século XVI, mesmo dentro das elites, a sua dimensão permanece, em geral, relativamente modesta<sup>35</sup>. Talvez tenha sido António José Saraiva quem melhor sintetizou o estatuto da tipografia em Portugal na primeira metade do século XVI, ao classificá-la como um «*recurso excepcional ao serviço da Igreja, do Estado e da Universidade*» e não o agente de uma dinâmica cultural importante – razão maior, como o próprio Saraiva também sustentou, para a manutenção, na época, do «peso» do livro manuscrito entre nós<sup>36</sup>.

Num horizonte europeu, e ainda para os séculos XV e XVI, evoquemos o exemplo de um dos maiores colecionadores e amantes de livros da transição do século, o duque de Berry (†1416), que já referimos. A sua importante e riquíssima biblioteca não ultrapassava, entre livros profanos e livros religiosos e de devoção, cerca de cento e cinquenta volumes<sup>37</sup>. Excepcional em termos europeus para a segunda metade do século XV era a biblioteca do rei Afonso V de Aragão, Sicília e Nápoles (†1458), o *Magnânimo*, mecenas do humanismo e das artes, que incluía mais de 1000 volumes<sup>38</sup>. Por seu turno, apesar de se ter iniciado na latimidade e no mundo da cultura já em idade madura, pois não nascera para ser rainha, Isabel *A Católica* († 1504), tocada pela renovação cultural que chegava a Castela proveniente de Itália e da Flandres, no contexto da afirmação da arte tipográfica no reino e abrindo a sua corte a humanistas como Lucio

34 Barbosa, José de Abreu (1988), «A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», *ICALP. Revista do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*, n.º 16-17, Junho-Setembro 1988, p. 162.

35 V. os exemplos arrolados por Marques, A.H. de Oliveira (1986), *Nova História de Portugal*, dir. A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, IV – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, dir. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Presença, pp. 420-421. V. ainda Aires A. Nascimento (1993), «Circulação do livro manuscrito», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. e coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavanì, Lisboa, Editorial Caminho, pp. 155-159.

36 Saraiva, António José (1955), *História da Cultura em Portugal*, vol. II, Lisboa, Jornal do Fôro, p.130. Apreciação retomada de perto por Macedo, Jorge Borges de (1979), «Livros impressos em Portugal no século XVI. Interesses e formas de mentalidade», in *Os Lusíadas e a História*, Lisboa, pp. 23-73. V. ainda Ferreira, Teresa A. S. Duarte (1992), «O livro impresso e o manuscrito coexistem. O manuscrito permanece», in *Tesouros da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Edições Inapa, pp. 218-220.

37 Jean Longnon e Raymond Cazelles, «Introduction» in *Les Très Riches Heures du Duc de Berry*, já citado.

38 Gomes, Saul António (2006), *D. Afonso V, o Africano*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 152. Sobre a livreria régia com D. Afonso V, v. pp. 151-158. Sobre o reino de Nápoles no Renascimento, v. Bentley, J. H. (1987), *Politics and Culture in Renaissance Naples*, Princeton, Princeton University Press, pp. 3-46. Cole, Alison (2008), «Piété et propagande: Naples sous Alfonso de Aragon», in *La Renaissance dans les cours italiennes*, Paris, Flammarion, pp. 45-65. A grande livreria de Afonso V de Aragão foi estudada por Marinis, Tammaro de (1947-52), *La biblioteca napoletana dei Re d'Aragona*, 4 vols., Milão; um *Suplemento* foi publicado em Verona, 2 vols., 1969. V. ainda Lopez-Rios, Santiago (2002), «A new inventory of the royal Aragonese Library of Naples», *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, LXV, pp. 201-242.

Marineo Sículo e o milanês Pietro Martire d'Anghiera (†1526), reuniu uma biblioteca de 400-500 volumes<sup>39</sup>.

Situando-nos agora num outro espaço geográfico, uma referência particular é devida a Matias Corvino (†1490), rei da Hungria, em virtude da extraordinária biblioteca que possuiu, a famosa *Bibliotheca Corviniana*, uma das maiores colecções europeias da segunda metade do século XV, que terá alcançado c. de 2 500 obras (das quais sobreviveram pouco mais de 200), incluindo livros iluminados de teor religioso, mas também grande profusão de crónicas, biografias de homens ilustres, obras de geografia, medicina e cosmologia, bem como, evidenciando o seu interesse pessoal pela cultura do Renascimento italiano, traduções de clássicos gregos e romanos<sup>40</sup>. Um caso excepcional, portanto.

O panorama relativo à aristocracia era, à sua escala, também eloquente sobre a dimensão das livrarias, em que é visível uma natural oscilação. Respiquemos alguns exemplos para o caso espanhol, mais ou menos coevos do período que nos interessa: Alvaro Pérez de Guzmán (†1482) senhor de Orgaz, possuía 30 livros; Fernando Álvarez de Toledo, 1.º conde de Oropesa, falecido no mesmo ano da rainha Isabel, 43 volumes, e o seu sucessor, Francisco Álvarez de Toledo (†1542), 67<sup>41</sup>. Alonzo Pimentel († 1461), 3.º conde de Benavente, senhor de uma das mais destacadas casas aristocráticas castelhanas, deixou uma livraria com 126 volumes, considerada, a par da de Íñigo López de Mendoza, marquês de Santillana (†1458), personagem-chave da literatura castelhana pré-renascentista, como a mais emblemática das livrarias nobiliárquicas da segunda metade do século XV<sup>42</sup>. A biblioteca de D. Fradique Enríquez de Ribera, 1.º marquês de Tarifa (†1539), grande amante das letras e muito próximo de homens como Juan del Encina, Pietro

39 Gil Fernández, Luis (2003), «El humanismo en Castilla en tempos de Isabel la Católica», in *Arte y cultura en la época de Isabel la Católica*, ed. Julio Valdéron Baroque, Valladolid, Ámbito Ediciones, pp. 15-75; López-Vidriero, María Luisa (2003), «La imprenta y los libros», in *ibidem*, pp. 111-133; Val Valdivieso, María Isabel del (2003), «Isabel la Católica en el contexto cultural de su tiempo», in *ibidem*, pp. 369-389.

40 Csapodi, C. e Csapodi-Gárdonyi, K. (1969), *Bibliotheca Corviniana. The Library of king Matthias Corvinus of Hungary*, Shannon, Irish University Press. Está em curso desde 2001 o projecto de digitalização e publicação on-line da monumental *Bibliotheca Corviniana*, com o patrocínio da Biblioteca Nazionale Széchényi.

41 Inventários publicados por Beceiro Pita, Isabel in *Libros, lectores y bibliotecas en la España medieval*, Murcia, Nausicaá, 2007, pp. 401-436.

42 Beceiro Pita, *idem.*, p. 437, e inventário, pp.462-468; *idem.*, «La Biblioteca del conde de Benavente a mediados del siglo XV y su relación con las mentalidades y usos nobiliarios de la época», in *En la España medieval. II – Estudios en memoria del profesor D. Salvador de Moxó*, Madrid, Universidad Complutense, 1982, pp. 136-145. V. ainda Ladero Quesada, Miguel Ángel e Quintanilla Raso, M. Concepción (1981), «Bibliotecas de la Alta Nobleza castellana en el siglo XV», in *Libre et Lecture en Espagne et en France sous l'Ancien Régime. Colloque de la Casa de Velazquez*, Paris, Ed. ADPF, pp. 47-62; M.<sup>a</sup> Isabel Hernández González, «Suma de inventários de Bibliotecas del Siglo XVI (1501-1560)», in López-Vidriero, M.<sup>a</sup> L. P. M. Cátedra, M.<sup>a</sup> I. Hernández González, eds. (1998), *El Libro Antiguo Español. IV. Coleccionismo y Bibliotecas (Siglos XV y XVI)*, Salamanca-Madrid, Ediciones Universidadde Salamanca; Patrimonio Nacional, pp. 375-416.

Martire d'Anghiera e discípulo na corte de Lucio Marineo Siculo, reunia c. 260 obras, de acordo com inventário realizado em 1532, «*número bastante elevado para la época y categoria social de su propietario*»<sup>43</sup>. Podemos perceber a magnitude da biblioteca de D. Rodrigo, marquês de Cenete que ascendia em 1523, data da sua morte, a 631 entradas<sup>44</sup>. Em 1518, o marquês de Priego possuía uma biblioteca composta por 309 volumes, mas já Antonio de Rojas y Velasco, senhor de Villerías, possuía apenas 65 livros em 1556. Para um período exactamente coevo de D. Teodósio, o inventário do património do seu tio Juan Alonzo de Guzmán (†1558), 6.º duque de Medina Sidonia<sup>45</sup> incluía um extenso rol de preciosidades e objectos sumptuários, pinturas, panos, jóias, paramentos e alfaías litúrgicas, e uma apreciável livreria de cerca de 250 obras<sup>46</sup>. Por seu turno, Diego Hurtado de Mendoza (†1560), conde de Saldaña, ainda aparentado com o marquês de Santillana, primogénito e herdeiro da Casa do Infantado e de Ceñete, embora não viesse a herdar o ducado, constituiu ao longo de uma vida com evidentes interesses intelectuais, uma biblioteca pessoal de 120 livros<sup>47</sup>.

Casos há, contudo, em que os livros estão quase completamente ausentes, ainda no século XVI, dos inventários das casas aristocráticas, cujos interesses se orientam ainda em exclusivo para outros bens móveis de distinção e magnificência. É o caso dos condes de Santisteban del Puerto (Jáen) que, não pertencendo à mais alta nobreza, eram titulares. Nos inventários dos seus bens ao longo do século XVI, não há livros, nem os clássicos nem os habituais livros de devoção e teologia, com excepção de uns missais, umas «*Horas do Purgatório*» e um «*librillo de oro esmaltado*», jóia e não suporte de leitura<sup>48</sup>. Saído do grupo nobiliárquico para o eclesiástico, em função também do estatuto e condição do seu possuidor, havia na época bibliotecas modestas, mas outras mais substanciais e até importantes. Os 363 livros inventariados em 1496 da biblioteca de D. Luis de Acuña, bispo de

43 Alvarez Márquez, M. Carmen (1986), «La biblioteca de Don Fradique Enríquez de Ribera, I Marqués de Tarifa», in *Historia, Instituciones, Documentos*, 13, Sevilla, p. 3.

44 Sánchez Canton, F. J. (1942), *La biblioteca del marqués de Cenete iniciada por el cardenal Mendoza (1470-1523)*, Madrid, CSIC, com a publicação do inventário. O marquês de Cenete era filho de uma dama portuguesa do séquito da rainha D. Joana e do então bispo de Calahorra.

45 O 6.º duque de Medina Sidonia era meio-irmão de D. Leonor de Mendoza (ambos filhos do 3.º duque, Juan Alonzo de Guzmán, de dois casamentos diferentes), mãe de D. Teodósio, e portanto tio do 5.º duque de Bragança.

46 Serrão, Vítor (2008), *Frescos maneiristas do Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1536-1640)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, p. 81.

47 González Ramos, Roberto (2009), «Imágenes, libros y armas. Tipología y significado de los bienes de Diego Hurtado de Mendoza, conde de Saldaña y marqués del Cenete (1520-1560)», in *Anuario del Dep. de Historia y Teoría de Arte*, vol. 21, p. 33.

48 Urquizar Herrera, António (2001), «El coleccionismo artístico de los condes de Santistebán del Puerto (Jáen) en el s. XVI, a través de sus inventarios de bienes», *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, 179, Jul-Dez. 2001, pp. 34-35.

Burgos entre 1456 a 1495, não são representativos, pois muitas bibliotecas eclesiásticas ou de eclesiásticos eram nos finais do século XV, e seriam, muito mais modestas<sup>49</sup>. Por seu turno, na esfera laica<sup>50</sup>, o matemático, cosmógrafo e médico Jerónimo de Chaves (†1574) possuiu uma livraria de 561 títulos registados em inventário, o que, para a época, fazia dela uma biblioteca rica, notória e respeitável de um homem culto<sup>51</sup>. Voltando à realeza, a portentosa «*librería rica*», constituída pelos livros particulares e pessoais de um cultíssimo Filipe II (†1598), uma das mais importantes livrarias régias da época de um monarca bibliófilo, continha cerca de 1500 volumes, entre manuscritos e impressos. A sua quase totalidade foi cedida pelo soberano ao mosteiro do Escorial, e esteve na base da constituição da biblioteca escurialense<sup>52</sup>, permanentemente acrescida dos livros, manuscritos e impressos, que os agentes de Filipe II eram encarregados de obter um pouco por toda a Europa, e também em Portugal.

No que respeita ao caso francês, durante toda a Idade Média os reis possuíram livros, mas o primeiro que teve uma verdadeira «livraria», S. Luís, decidiu reparti-los por vários conventos quando morreu em 1270. Seria necessário esperar por Carlos V (†1380), que organizou uma biblioteca enriquecida com 1000 manuscritos, que legou ao seu sucessor: foi a primeira vez, em França, que uma livraria régia era concebida como um bem inalienável e transmissível aos seus descendentes, não sendo dividida com o desaparecimento do monarca, embora depois várias vicissitudes políticas tenham levado à sua dispersão<sup>53</sup>. Assim, é bem mais tarde o rei Luís XII († 1515) que é geralmente considerado como o verdadeiro fundador da biblioteca régia francesa, conferindo-lhe uma existência institucional ao ordenar a reunião, num mesmo espaço – o palácio de Blois – das colecções

49 Lopez Martinez, Nicolas (1960), «La biblioteca de D. Luis de Acuña en 1496», *Hispania*, XX., pp. 81-110, com a publicação do inventário.

50 Referências que não podemos alargar por falta de espaço.

51 O n.º 439 do inventário da livraria de Jerónimo Chaves diz respeito à obra de Nicolau Copérnico *De Revolutionibus...* (1543), que ostenta a seguinte indicação na guarda: «*Compré este libro en Lisboa. Costó aqui puesto 15 reales*», e integra várias obras portuguesas: n.ºs 54, 56, 57 e 59, obras de Amato Lusitano, n.º 67, n.º 163 sobre o descobrimento da Índia, n.º 90, a *Crónica do Condestabre*, n.º 102, Garcia de Orta, n.º 171, *Itinerário de António Tenreiro*, n.º 195, *Décadas* de João de Barros, n.º 201, Castanheda, n.º 215 Pedro Nunes, e outras. Jerónimo de Chaves está, por seu turno, representado na livraria de D. Teodósio, na secção de «*Astrologia & Matematica*»: n.º 4486, *Chronografía o repertorio de tiempos...*, obra descrita como *Repertorio de Chaves* no inventário ducal. A edição *princeps* é de Sevilha, 1548; outras edições possíveis na livraria de D. Teodósio: 1550, 1554.

52 Sánchez-Molero, José Luis Gonzalo (1998), *La «Librería rica» de Felipe II. Estudio histórico y catalogación*, Madrid, Ediciones Escorialenses, em que se realiza um notável trabalho de reconstituição da biblioteca filipina.

53 Balayé, Simone (1988), «La naissance de la Bibliothèque du Roi 1490-1664», in *Histoire des Bibliothèques françaises, II – Les Bibliothèques sous l'Ancien Régime: 1530-1789*, dir. Claude Jolly, Paris, Promodis, p. 77. Bloch, Denise (1988), «La formation de la bibliothèque du roi», in *Histoire des bibliothèques françaises*, vol. I, p. 311.

herdadas da sua família e do monarca que o antecedeu, Carlos VIII (†1498)<sup>54</sup>. De acordo com um inventário de 1518, reinando Já Francisco I (†1547), que orientaria a sua predilecção para o palácio de Fontainebleau, onde mandou instalá-la numa belíssima galeria do palácio, a biblioteca de Blois incluía 1890 espécies<sup>55</sup>, progressivamente enriquecida por novas aquisições ordenadas pelo rei a humanistas e embaixadores, nomeadamente em Itália<sup>56</sup>.

Em Inglaterra, a primeira biblioteca régia data provavelmente do reinado de Eduardo IV (†1483), e foi sendo acrescentada pelos monarcas seguintes. A livraria de Henrique VII (†1509), primeiro rei da dinastia Tudor, incluía cerca de 170 obras, das quais 70 pertenceram, sem margem para dúvidas, ao monarca. No século XVI, existiam colecções dispersas de livros nos vários palácios reais de Westminster, Richmond, Greenwich, Hampton Court, Windsor e Whitehall. Pelo contrário, a biblioteca régia francesa no reinado de Francisco I consolidara-se e centralizara-se em Fontainebleau, e era em 1540 de maior dimensão do que a inglesa, apesar de no quadro do movimento reformista as colecções reais inglesas terem registado um substancial crescimento após 1527, com a incorporação de obras provenientes dos mosteiros extintos<sup>57</sup>. Para o reinado de Isabel I (†1603), o respectivo catálogo de 1760 inclui mais de 1 600 livros, mas apenas 300 pertenceram à rainha<sup>58</sup>.

Contemplemos em seguida, e para terminar esta panorâmica, a biblioteca de Thomas Cranmer (†1556), arcebispo de Cantuária e destacada figura dos primórdios da Reforma religiosa em Inglaterra<sup>59</sup>, reconhecida pela sua dimensão e importância na sua própria época, e constituindo uma das mais notáveis colecções privadas da época Tudor, com a qual, com a excepção da do bispo John Fisher (†1535)<sup>60</sup>, poucas rivalizariam. Com base em sucessivos inventários de uma biblioteca que se dispersou em 1553, David Selwyn calcula que ela incluiria cerca de 500 impressos e 100 manuscritos, dimensão notável para a Inglaterra da época. De uma forma geral, as colecções privadas não excediam então os 200 títulos, e as próprias

54 Laffitte, Marie-Pierre e Le Bars, Fabienne (1999), *Reliures Royales de la Renaissance. La Librairie de Fontainebleau, 1544-1570*, Paris, Bibliothèque Nationale de France, p. 11. Sobre a biblioteca régia de Blois, v. *Des livres et des rois. La bibliothèque royale de Blois*, ed. J. Baurmeister e M. P. Laffitte, Paris, Bibliothèque Nationale/Quai Voltaire Edima, 1992.

55 Gadoffre, Gilbert (1999), *La révolution culturelle dans la France des humanistes. Guillaume Budé et François Ier*, Genebra, Droz, p. 235.

56 Balayé (1988), «La naissance de la Bibliothèque du Roi...», p. 79.

57 *Henry VIII. Man and Monarch*, cat. ed. Susan Doran, Exhibition guest curated by David Starkey, BA curator Andrea Clarke, Londres, British Library, 2009, pp. 275-276.

58 Birrell, T.A. (1987), *English Monarchs and their Books: from Henry VII to Charles II*, Londres, British Library.

59 *Thomas Cranmer. Churchman and Scholar*, ed. Paul Ayris e David Selwyn, Woodbridge, The Boydell Press, 1999.

60 David G. Selwyn, «Cranmer's Library: its potential for Reformation Studies», in *Thomas Cranmer...*, pp. 41 e 58.

livrarias institucionais de colégios como Oxford e Cambridge eram pouco representativas: em 1530, a livraria da Universidade de Cambridge integrava entre 500 e 600 volumes<sup>61</sup>. E fora de qualquer escala ou latitude, temos de referir a célebre Colombina, biblioteca «universal» de Fernando Colón (†1539), filho do descobridor da América, com cerca de 15 000 volumes.

A livraria de D. Teodósio é, pois, para a realidade portuguesa, um caso de absoluta singularidade, tanto mais que a maioria dos seus livros diz respeito à primeira metade do século XVI. Também em contexto quer peninsular<sup>62</sup> quer europeu coevo é uma grande livraria, sem dúvida a mais importante do Portugal de Quinhentos, como acabámos de sugerir através da comparação directa com algumas livrarias relevantes da época, com a absoluta excepção da biblioteca colombina.

Em consequência, o estudo da composição das livrarias portuguesas da época e, sobretudo, a circulação de obras cimeiras da cultura letrada europeia no Portugal de Quinhentos ganham, sem dúvida, uma nova e mais ampla perspectiva.

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>62</sup> Nascimento (2006), «Erudição e livros...», p. 724.



65  
2013

## DOSSIER

### O Corpo de Estado-Maior do Exército Português: apogeu e queda

Luís Nuno Rodrigues

#### **Apresentação**

Daniel Marcos

#### **A NATO e o Corpo de Estado Maior: implicações para a instrução dos oficiais**

João Neves

#### **A refundação do Corpo do Estado-Maior do Exército português no século XX**

Luís Nuno Rodrigues

#### **Militares e Política: a Abrilada de 1961 e a Resistência do Salazarismo**

## ESTUDOS

Ana Isabel Buescu

#### **A livraria de D. Teodósio (1510?-1563), duque de Bragança. A sua dimensão numa perspectiva comparada**

Célia Reis

#### **A Índia na Câmara dos Deputados: Aspetos económicos e Financeiros. 1885-1910**

Diogo Rodrigues

#### **Maia Magalhães: um militar democrático na Grande Guerra e na resistência ao Sidonismo**

Fátima Rodrigues

#### **A desmobilização dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas da Guerra Colonial (1961-1974)**

José D'Assunção Barros

#### **Retrodição: Um problema para a reconstrução do tempo histórico**

## MATERIAIS DA MEMÓRIA

Carlos Maurício

#### **Um longo degelo: a guerra colonial e a descolonização nos ecrãs portugueses (1974-1994). Um inventário**

## RECENSÕES

APÓIOS

ISCTE IUL  
Instituto Universitário de Lisboa



CEHC

Centro de Estudos de  
História Contemporânea

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO